
MUNICÍPIO DE PASSA QUATRO – ESTADO DE MINAS GERAIS
ESTÂNCIA HIDROMINERAL

LEI Nº 1.817, DE 26 DE JUNHO DE 2009

Autoriza a prorrogação da Licença à Gestante por mais 60 dias e dá outras providências.

O Povo do Município de Passa Quatro, Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder, às servidoras do município de Passa Quatro, prorrogação por mais 60 (sessenta) dias da Licença à Gestante.

§ 1º O prazo para a contagem desse tempo será aplicado de acordo com as normas em vigor, sem prejuízo da sua remuneração.

§ 2º A prorrogação da licença de que trata o **caput** deste artigo será concedida mediante requerimento da servidora interessada, protocolizado junto ao Município no mínimo 30 dias antes do vencimento da licença em curso:

Art. 2º Durante todo o período da licença à gestante, a mãe da criança não poderá exercer qualquer atividade remunerada e nem colocá-la em creche.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correm por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos a 1º de junho de 2009. (emenda deste artigo aprovada pela Câmara Municipal vetada, conforme razões anexas).

Passa Quatro, 26 de junho de 2009.

Acácio Mendes de Andrade
Prefeito Municipal

Edriane Monteiro Barbosa
Secretária Municipal de Administração

MUNICÍPIO DE PASSA QUATRO – ESTADO DE MINAS GERAIS
ESTÂNCIA HIDROMINERAL

RAZÕES DE VETO

Excelentíssimo Senhor Presidente,
Excelentíssimos Senhores Vereadores,

Promulgada em 09 de setembro de 2008, a Lei Federal nº 11.770, que cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal, e altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, objetiva estimular os empregadores, mediante incentivo fiscal, a concederem uma prorrogação à licença maternidade de mais sessenta dias.

A referida Lei dispõe a prorrogação da licença maternidade como uma possibilidade, e não uma obrigatoriedade, vez que traz em seu bojo requisitos que devem ser preenchidos para que se torne efetivo o benefício, entre eles o de livre adesão da pessoa jurídica ao programa criado pela lei.

Com a prorrogação fica assegurado à empregada o direito a sua remuneração integral nos mesmos moldes do salário maternidade pago pela Previdência Social. Contudo, **a remuneração desse período fica por conta do empregador que optou por aderir ao programa empresa cidadã.**

Cabe, sobretudo, destacar que em relação à Administração Pública, a Lei 11.770/08 assim se dispôs:

*“Art. 2º É a administração pública, direta, indireta e fundacional, **autorizada** a instituir programa que garanta prorrogação da licença-maternidade para suas servidoras, nos termos do que prevê o art. 1º desta Lei.” (grifo nosso)*

No âmbito do Município de Passa Quatro, com o precípuo objetivo de proteger a maternidade, o Legislativo, com a iniciativa de três vereadores, aprovou a Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 23/2008 dispondo sobre a prorrogação da licença à gestante por mais 60 dias, da seguinte forma:

“Art. 1º Fica prorrogada em 60 (sessenta) dias a licença a gestante, passando o inciso XIII do Artigo 108 da Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 22/2008 a ter a seguinte redação:

*XIII – licença a gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de **180 (cento e oitenta) dias;**”*

MUNICÍPIO DE PASSA QUATRO – ESTADO DE MINAS GERAIS
ESTÂNCIA HIDROMINERAL

Parágrafo único. A prorrogação prevista no caput deste artigo deverá ser regulamentada na esfera do Poder Executivo e Legislativo, através, respectivamente, de Lei e Resolução.

Como se observa, o Legislador local incluiu no rol dos direitos assegurados ao servidor público municipal, a licença à gestante com duração de 180 dias, entretanto, fez constar na mencionada norma legal a necessidade de regulamentação do dispositivo. Ou seja, a efetiva aplicação da Lei Orgânica Municipal está atrelada à regulamentação por iniciativa do Poder Executivo.

Nesse sentido, o Projeto de Lei nº 11/09, de iniciativa desta Administração, foi protocolizado nessa conceituada Casa Legislativa no dia 02 de junho corrente, com vistas a regulamentar a prorrogação da licença à gestante, prevendo em seu Artigo 4º a retroação dos efeitos da Lei a 01 de junho de 2009.

Desta forma, o texto original não maculava a peça mais importante da administração que é seu orçamento, e bem como, não traduziria em desacordo estrutural, principalmente quanto à substituição da servidora, porquanto ela já se achava em processo de licença.

Não é o caso da substituição desse advento pela emenda que foi aprovada, no mesmo artigo 4º, que modificou a data do início dos efeitos da lei, para 1º de janeiro de 2.009.

A data substituída delonga-se em praticamente 06 (seis) meses da licença de maternidade das então mães/gestantes.

Ora, mesmo que o Projeto fosse votado e até transformado em Lei em tempo recorde, ficaria da mesma forma, “a posteriori” do vencimento da licença das gestantes que em 01 de janeiro se achavam em processo de licença, já que, estariam elas vencidas 04 (quatro) meses depois.

E pior, em já estando as mães retornado ao trabalho, necessitaria a Prefeitura de novo planejamento estrutural, ou seja, teria ela que recontratar “substituta” para a concessão desse tempo suplementar.

Ademais, a referida emenda fere o disposto na Lei Orgânica Municipal, a qual veda o aumento de despesa nos projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito.

Desta forma, obriga-se esse Poder Executivo a VETAR A ÚNICA EMENDA APROVADA POR ESSA EGRÉGIA CASA LEGISLATIVA, que consiste na modificação do artigo 4º, substituindo os efeitos da lei de 01 de junho para 01 de janeiro de 2.009.

Assim, permanece inalterado o texto original do Projeto de Lei nº 11/2009, que recebe a sansão deste Prefeito Municipal, que conta com a compreensão dos nobres Vereadores.

MUNICÍPIO DE PASSA QUATRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

ESTÂNCIA HIDROMINERAL

Acácio Mendes de Andrade
Prefeito Municipal

***Rua Tenente Viotti, 331 – Centro – Passa Quatro – Tel. (35) 3371-2545 - Fax (35)
3371-2553***
